



Políticas Sociais, Movimentos Sociais e Democracia na América Latina. A Experiência do Laboratório de Serviço Social na Formação de uma Rede de Pesquisadores.

1. Apresentação

Estratégias de consenso em torno da crise do Estado têm sido implementadas pelos governos nacionais, de modo a incorporar a comunidade científica através da redução de recursos e acirramento da competitividade entre os pesquisadores. Isso compromete a qualidade da produção científica e a capacidade de se pensar a totalidade das relações sociais. A formação profissional torna-se vulnerável, de forma especial, com a ampliação do ensino privado, as alterações permanentes no mercado e as reformas que seguem critérios exclusivamente econômicos.

O “Laboratório de Serviço Social, Políticas Sociais e Novos Projetos Societários na América Latina” surgiu de um projeto mais amplo de formação de uma Rede Interinstitucional de Pesquisadores em Políticas Sociais na América Latina. Esse fenômeno sofre um aprofundamento, devido às estratégias de hegemonia do ideário neoliberal, que se configuram por via de uma redução das intervenções democráticas do Estado, de políticas sociais emergenciais, da privatização dos serviços e da transferência das obrigações do Estado para a sociedade civil e para o mercado. Tal processo envolve de forma análoga os países da América Latina, cuja direção dada pelo Consenso de Washington prioriza políticas sociais emergenciais em detrimento de políticas estruturais.

A história do Serviço Social está inteiramente relacionada às mudanças nas relações entre Capital e Trabalho, mediadas pelo Estado. Embora seus vínculos originais com a Igreja Católica tenham sido hegemônicos durante muitas décadas, os valores tradicionais tornaram-se objetos de críticas coletivas, consubstanciando a conquista de sua autonomia política, científica e profissional.

Luci Faria Pinheiro¹, Camille Costa Guimarães², Conceição Castro Sousa², Thiago Nascimento da Silva²

Resumo

O objetivo do texto é apresentar algumas reflexões teóricas e uma experiência que tem fundamentado a formação de uma rede de pesquisadores em “políticas sociais, movimentos sociais e democracia na América Latina e Caribe”. A experiência é desenvolvida através do Laboratório de Serviço Social, um projeto de extensão, através de eventos científicos, perpassando disciplinas da graduação e pós-graduação. Entende-se que a abordagem crítica e voltada para a realidade do Brasil no continente latino-americano exige uma socialização do conhecimento sobre os movimentos sociais. A democracia é entendida como um processo em crise e, portanto, deve tornar-se objeto de preocupação das ciências sociais.

Palavras-chave: Movimentos sociais, democracia, políticas sociais, rede de pesquisadores.

¹ Professora Adjunto da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense. Doutora em Antropologia e Sociologia Política pela Université Paris 8. Coordenadora do Laboratório de Serviço Social.

² Assistentes Sociais, colaboradores.

Esse processo culminou com uma opção coletivo-profissional por um novo projeto societário.

No início dos anos 90, se configurava o desaparecimento de profissões no Brasil, dada à informatização da economia e à insegurança estrutural do sistema de empregos. Os direitos trabalhistas são profundamente afetados, como a solidariedade de classe, a construção democrática cotidiana e o trabalho – base material primária de sobrevivência humana e social. Os profissionais percebem que a democracia – expressão universal dos valores sociais – ao ter seu curso alterado, reduz as capacidades objetivas de autoconstrução e emancipação coletiva. Percebem que a redução dos espaços sócio-ocupacionais está relacionada com a desconstituição dos direitos sociais em processo. Conclui-se, desse modo, que uma das alternativas é a qualificação do fazer profissional, através de um conhecimento crítico.

Nesse sentido, a formação de redes de pesquisa em áreas básicas da vida social tem sido objeto de fóruns importantes em serviço social nos últimos anos, como o Encontro Nacional de Pós-graduação em Serviço Social, realizado pela ABEPSS (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social), em Recife, em dezembro de 2005, e o Seminário Latino-americano e Caribenho de Escolas de Serviço Social, realizado em Niterói, em dezembro de 2005. São exemplares as deliberações do Encontro Regional da ABEPSS, realizado em Juiz de Fora, em 2006, que apontaram para uma “articulação acadêmico-política do Serviço Social na América Latina, vinculando-se ao movimento internacionalista de organização das lutas emancipatórias”. Entre os princípios norteadores deste debate, encontra-se a interdisciplinaridade, dada a necessidade objetiva de interlocução com as demais áreas do conhecimento social e de defesa intransigente de um conhecimento crítico.

Sendo assim, um marco na formação da “Rede Interinstitucional de Pesquisadores em Políticas Sociais, Movimentos Sociais e Democracia na América Latina e Caribe”, tal como foi autenticada em janeiro de 2008 pelo Diretório de Grupos do CNPq (Conselho Nacional de Pesquisa) e pela Pró-reitoria de Pós-graduação e Pesquisa da UFF, foi a formação de uma equipe nacional – o que ocorreu por ocasião do VI Encontro Nacional de Universidades do Mercosul, organizado pelo FOMERCO (Fórum de Universidades do Merco-

sul) em Aracajú, em setembro de 2007. Essa equipe conta com a participação de pesquisadores dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia, Rondônia e Rio Grande do Sul. Nessa oportunidade, o Laboratório apresentou a proposta através de um Grupo de Trabalho, por ele organizado, sobre a temática. Essa equipe vem realizando intercâmbios sobre a realização de projetos em conjunto e formas de ampliação para os demais países da América Latina e Caribe. Um dos projetos é a publicação de um livro com a produção da Rede por uma editora nacional. Os desafios são crescentes, o que exige interlocuções com departamentos, unidades e entidades de ensino e pesquisa no Rio de Janeiro, além de outras redes, como a ALAEITS (Associação Latino-americana de Ensino e Investigação em Trabalho Social), o CLACSO (Conselho Latino-americano e Caribenho de Ciências Sociais) e a LASA (Associação de Ciências Sociais na América Latina) e outros.

Entre os princípios que orientam o trabalho do Laboratório no cotidiano, é importante destacar: os fundamentos das relações que operam a formulação das políticas sociais nos países emergentes; a participação e os movimentos sociais como agentes do processo de desenvolvimento; a economia política que engendra a gestão do orçamento público e o lugar da seguridade social; a avaliação e o acompanhamento técnico pelas universidades do Sistema Único de Assistência Social, em implementação no Brasil; o processo de democratização do Sistema Único de Saúde; a autonomia relativa e a subordinação do poder local à Lei de Responsabilidade Fiscal; as mudanças nos sistemas de proteção social; a questão do trabalho – o problema da pobreza e os programas de combate à fome nos âmbitos rural e urbano; as políticas de combate ao desemprego, entre outras; o problema da pobreza na América Latina; gestão pública e aprofundamento democrático.

2. Ações do Laboratório de Serviço Social.

O Laboratório tem como finalidade executar os projetos da Rede na instituição sede, desenvolvendo uma política de formação de pesquisadores, no nível da graduação e da pós-graduação. Persegue o princípio da fixação e formação continuada, abrindo-se à colaboração de pesquisadores em processo de formação, como recém-formados, recém-

mestres e recém-doutores. Objetiva, ainda, incentivar a produção de pesquisas e material didático, relacionando ensino, pesquisa e extensão. Essa política de formação suscita novos projetos, de acordo com as necessidades surgidas no processo, a exemplo do conhecimento de língua espanhola para que se possa desenvolver uma perspectiva de pesquisa comparada na região. Desse modo, é fundamental uma política de formação de novas gerações de pesquisadores com uma visão de totalidade, plural e voltada para as especificidades regionais.

O Laboratório tem um projeto de pesquisa sobre Movimentos Sociais, financiado pela FAPERJ (Fundação Carlos Chagas de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro), o qual conta com a colaboração, atualmente, de bolsistas de extensão, de treinamento e de monitoria, além de estudantes em demanda por bolsas ao CNPq e FAPERJ e dos formandos sob a orientação temática do Laboratório. Os demais colaboradores de nível superior são três professores doutores e três profissionais recém-formados. No aspecto restrito do ensino, o projeto atuou através de disciplinas: na graduação – Política Social II, Laboratório de Instrumentos, Técnicas Interventivas em Serviço Social III, Ética e Serviço Social, e Movimentos Sociais e Educação Popular; na pós-graduação em Política Social – Movimentos Sociais: Desafios e Tendências Contemporâneas.

3. O Projeto de Pesquisa

Foi em torno de um projeto de pesquisa que se deu início à formação da equipe do Laboratório, adotando a extensão como forma de socializar e dinamizar o conhecimento. A pesquisa sobre os Movimentos Sociais e suas estratégias visa a estabelecer conexões teóricas com o Serviço Social, tendo em vista a crise no processo democrático, deflagrada pela redução dos investimentos do Estado em políticas sociais. Entende-se que esse processo corrói o projeto profissional em seus princípios de igualdade e justiça social. A pesquisa se assenta às formas de enfrentamento coletivo em face da crise dos direitos sociais. Os movimentos sociais são delimitados segundo a universalidade de suas causas específicas e o papel que exercem na organização e debate sobre novos projetos societários. Apresenta como perspectiva de continuidade de uma análise comparativa, visando a conhecer

o mesmo objeto em realidades latino-americanas e caribenhas, dando ênfase ao conteúdo das reformas do Estado.

4. A Rede de Pesquisadores.

O Grupo de Pesquisa que aloja a Rede se identifica através de duas grandes linhas de pesquisa, com as respectivas delimitações:

- I) Desafios das Relações entre Políticas Sociais, Estado e Democracia nos países latino-americanos e caribenhos:
 - As Reformas do Estado no Brasil e na América Latina. Uma perspectiva comparada;
 - Globalização da Economia e Pobreza. Debate sobre alternativas e Desafios colocados ao campo das Esquerdas;
 - Estado e Sociedade Civil. As configurações do espaço público nas relações com o Terceiro Setor;
 - Tendências hegemônicas e contra-hegemônicas do Mercosul. Desafios à participação da sociedade civil e Políticas Sociais;
 - Movimentos sociais Urbanos e Rurais, demandas, estratégias e Desafios às Políticas Sociais estruturais em: meio ambiente, educação, saúde, assistência social, previdência e outros;
 - As novas configurações do Religioso nos Continentes latino-americano e caribenho. Participação e Desafios na construção de um novo padrão societário;
 - As tendências da Cultura democrática em face das Reformas Sociais. Projetos Regionais e Alternativas;
- II) Políticas Sociais, suas Tendências contemporâneas e Desafios democráticos:
 - Relação entre as Decisões de Cúpula e as Políticas sociais na América Latina;
 - As novas configurações das Economias nacionais e seus Impactos nas Políticas Sociais;
 - Economia Solidária e Projeto hegemônico. Perspectivas, Interfaces e desafios da Democracia;

- Transferência de Renda numa perspectiva comparada. Avanços e Retrocessos;
- Orçamento público e Seguridade Social. Reformas sociais e Desafios da Democracia;
- Seguridade social. Tendências na América Latina e Caribe;
- A economia primária, a reestruturação dos territórios. Elementos para uma Análise em torno das Políticas sociais.

5. Resultados Produzidos

Nas modalidades de extensão, o Laboratório promoveu para recém-formados, lideranças comunitárias e gestores públicos o “I Ciclo de Debates sobre Novos Projetos Societários” e os “Mini-cursos sobre Seguridade Social e Desafios à Participação”. Procura-se, no cotidiano, convidar os profissionais que desenvolveram seus trabalhos de conclusão no Laboratório a realizar seminários abertamente, entendendo-os como parte do processo de produção do conhecimento. Em relação à avaliação do aprendizado, essa tem se dado ao final das atividades, com o público presente, e através de Grupos de Trabalhos, com apresentação escrita e oral dos resultados parciais, bem como do trabalho final. As temáticas dos Grupos de Trabalho são: “Crise do Estado e Neoliberalismo – o caso do orçamento público e da seguridade social em face das reformas”; “Crise do Estado e Democracia Participativa. A experiência dos Conselhos e dos Movimentos Sociais na Consolidação de Direitos”; “Desenvolvimento Humano e Programas de Combate à Pobreza na América Latina”.

O “I Ciclo de Debates” ocorreu no primeiro semestre de 2006, tendo como tema o “Serviço Social, Desafios à Construção de Novos Projetos Societários”. Três painéis constituíram a atividade e garantiram uma participação de quatrocentos e vinte inscritos, entres os quais muitos eram provenientes de instituições da Baixada Fluminense, do Estado e da cidade do Rio. No primeiro semestre de 2007, foram realizados os “Mini-cursos sobre Seguridade Social e Desafios à Participação”. As vagas foram restritas a um número de duzentos e quarenta pessoas, das quais cinquenta por cento foram ocupadas por profissionais, e as demais, por estudantes dos últimos períodos.

5.1 Síntese do GT sobre Democracia Participativa:

Uma das fontes empíricas foi o controle social através dos conselhos do município de Niterói. Foram observados que: a) os conselhos que têm fundos próprios, como o de assistência social e o da criança e adolescente, são os que têm maior poder de representação, enquanto os demais lutam pela obtenção de recursos para o próprio funcionamento; b) o conselho de assistência social discute a ideia de propor alteração na lei de representatividade, ampliando-se para os movimentos sociais, entidades de defesa dos direitos sociais e prestadoras de serviços diretos. Embora haja uma maior participação de movimentos mais engajados e politizados, esses não são expressão da coletividade, mas de avanços na organização de algumas categorias sociais; c) a população é informada sobre os seus direitos, porém, sua participação não é objetivamente viabilizada; d) o Fórum Popular Permanente é um sistema representativo da “sociedade civil”, que isenta a participação dos usuários. Uma importante estratégia seria o fortalecimento dos movimentos sociais, reconhecendo sua heterogeneidade, através de uma ação sedimentada no conhecimento da realidade, captando a lógica de funcionamento do mercado, a geração de instabilidade no emprego, inclusive dos prestadores de serviços públicos e privados; e) a luta pela qualidade da ação profissional passa desse modo, segundo o grupo, pela formação de uma cultura que faça frente aos interesses do capital, que torne o serviço social um planejador e executor das políticas sociais, adotando o enfoque da totalidade e desvendando as estratégias mercantis do capital com a mediação do Estado. Realizar alianças e produzir projetos para além do enfoque estritamente institucional é um dos enfrentamentos coletivos aos desafios colocados perante o serviço social e os movimentos sociais, além da realização de concursos públicos para a execução das políticas sociais.

5.2 Síntese do GT Orçamento público e Seguridade

Social em face das Reformas:

Apontaram-se contradições básicas, como: a) uma cumplicidade do Estado com a desconstituição dos direitos à seguridade social; desvios dos recursos para fundos chamados perdidos, como o superávit primário e o pagamento de juros da dívida externa; b) os investimentos do Estado, nos úl-

timos anos, preponderantes na área da assistência social, são responsáveis por retirar da lei os avanços produzidos historicamente no país. Portanto, o Estado aparece com uma relação que atende aos interesses e direitos privados, num contexto de hegemonia neoliberal. As privatizações de grandes empresas estatais são exemplares de uma direção tomada pelo Estado no campo da seguridade social. Em face dessa conjuntura, o projeto coletivo proposto pelo serviço social enfrenta muitas dificuldades, entre as quais, a contenção de investimentos em pesquisa social e as restrições colocadas à concepção crítica do conhecimento. Verificou-se que estudos sobre o orçamento público da seguridade social são de extrema importância à viabilidade da qualidade do ensino em serviço social.

5.3 Síntese do GT Desenvolvimento Humano e

Combate à Pobreza na América Latina:

Analisaram-se as políticas sociais na Venezuela, entre os anos de 1999 e 2005, tomando como ponto de partida as transformações políticas no país, desde a aparição até a reeleição de Hugo Chávez (2006) num contexto mundial de hegemonia neoliberal. A economia venezuelana está alicerçada no petróleo e é uma das maiores exportadoras do mundo. Sucessivas crises políticas levaram o país a um golpe de Estado, em 2002, porém o Presidente Hugo Chávez se reelegeu em 2006 sob forte apoio popular. As transformações políticas e econômicas são as bases de uma nova política social implantada a partir de 2003. Baseia-se no petróleo como moeda de troca, a exemplo de um intercâmbio com o governo de Cuba, em torno do fornecimento de medicamentos. Além disso, Cuba garante uma equipe de saúde para atender a população e preparar os profissionais da área. Um programa de abastecimento foi criado através de uma ampla rede subsidiada de supermercados com produtos básicos, garantindo gratuidade em regiões de grande concentração da pobreza. Na área da educação, recorreu-se à metodologia cubana para erradicar o analfabetismo, tendo sido implementados programas de acesso ao ensino básico, médio e superior, programas de qualificação profissional e cooperativas. Um conjunto de medidas ambientais favoreceram o desenvolvimento sustentável; no campo, os programas giram em torno da concessão de crédito, terras, assistência técnica,

tendo como objetivo transformar as propriedades em unidades de produção, integrando-as à política de segurança alimentar.

6. O Debate Teórico com Especialistas.

Os temas de maior interesse entre os participantes do “I Ciclo de Debates” e dos “Mini-cursos sobre Seguridade Social e Desafios à Participação” foram o orçamento público, o déficit da previdência e os desafios à participação no campo da seguridade social. Os fundamentos do debate são apresentados abaixo explorando os textos produzidos pelos convidados, alguns dos quais a serem publicados em 2008 pela Rede de Pesquisadores.

Elaine Behring aponta algumas questões preliminares para o debate sobre as reformas sociais e suas consequências para a seguridade social. A primeira diz respeito a um necessário distanciamento crítico em relação às especificidades do capitalismo no Brasil, cujo desenvolvimento ocorreu em períodos de ditadura, comprometendo o aprofundamento da democracia e impedindo que a população tivesse seus direitos atendidos, conforme as conquistas históricas da classe trabalhadora. Foi implantado um modelo de modernização de caráter conservador pelas classes dominantes, sem que houvesse uma participação dos trabalhadores. Não houve investimentos no mercado produtivo após os anos 90. As mudanças ocorridas não são “inclusivas” e o parque industrial brasileiro foi sacrificado, privatizado e desnacionalizado, gerando desemprego. Houve, então, um aumento da dependência do capital internacional, através da vulnerabilidade proporcionada pela destruição do parque produtivo e da capacidade técnica – responsável pela autonomia da economia brasileira. As reformas apontadas pela imprensa nos governos de Collor e FHC contrariam a perspectiva socialista, configurando-se, assim, como “contra-reformas”, sem ganhos para a população. As condições são de uma regressão das condições de vida da maioria da população brasileira, inviabilizando as reformas iniciadas nos anos 90. O capitalismo chegou de forma tardia ao Brasil, não conseguindo suprir os limites do desenvolvimento nacional, de modo que o neoliberalismo introduz-se sem entraves, limitando « as possibilidades preventivas e redistributivas, com o trinômio das políticas sociais — a privatização, a focalização e a descentralização, aqui entendida como desconcentração, com

repassa para os demais níveis federativos e também, para organizações da sociedade civil. Essas tendências colidem com os princípios da seguridade social, presentes no artigo 194 da Constituição de 1988, sendo mais atingida a universalidade na cobertura e no atendimento, impedindo o acesso de todos. O Estado atua na contra-mão das reformas, visando à contenção, limitação, desintegração com articulação entre assistencialismo e mercado livre. Suas contribuições específicas são contempladas em parte por Denise Gentil.

Gentil (2007) desmistifica o discurso de falência da previdência social, justificada pelos governos em função da grande expectativa de vida e baixa taxa de natalidade, elevação do salário-mínimo, aumento do valor médio dos benefícios previdenciários, aposentadorias precoces, renúncia de receita, sonegação e evasão fiscal e custos administrativos elevados. É uma prática neoliberal estimulada, em cujas implicações está o desmantelamento dos benefícios e serviços, em menor ou maior grau, nos países centrais e na América Latina. A importância dada pelos governos à Reforma da Previdência como garantia para o crescimento econômico é largamente propalada. No entanto, os dados estatísticos não comprovam a existência da crise na previdência, tampouco no sistema de Seguridade Social. No período de maior divulgação da ideia de crise, entre 1990 e 2005, a seguridade teve um superávit que foi aplicado no orçamento fiscal em desconformidade com a Constituição. Os dados retirados do Fluxo de Caixa do INSS informam que a totalidade das fontes de recursos da previdência teve um superávit significativo nos anos de 2004 e 2005. A Lei de Responsabilidade Fiscal promulgada em 2000 desvincula o COFINS, CSLL e CPMF do orçamento da previdência e cria um fundo específico para previdência, o que esvazia o conceito de seguridade social concebido na Constituição de 1988. Como a própria Gentil: “o sistema de seguridade social tem-se mostrado superavitário ao longo de todos os anos do período de 1995 a 2005 (...), mas na verdade houve desvio de recursos do orçamento da seguridade social para além dos 20% legalmente autorizados pelo mecanismo da DRU (Desvinculação de Receitas da União)”. Uma alternativa seria a geração de um maior número de empregos formais.

Na área da Saúde Pública e do Controle Social, Bravo aponta como uma das caracterís-

ticas retrógradas na política social do Governo Lula a não-consubstanciação da seguridade social pela XII Conferência Nacional de Saúde, aprovada pela Constituição de 1988. Um conselho nacional de seguridade social não foi criado; os investimentos não sofreram ampliação; as redes de voluntários permaneceram fazendo parte do sistema, em contrapartida à necessidade apontada de ampliação dos quadros profissionais e concursos públicos; não estabelece relação com a assistência social e a previdência. No Rio de Janeiro, a pesquisa mostra que muitas dificuldades desafiam o poder dos conselhos, como na pactuação entre as três esferas do governo, na permanência do modelo hospitalocêntrico, na falta de recursos humanos, de investimentos em qualificação, assim como em recursos humanos de uma forma geral, e na não-responsabilização do gestor pela falta de condições de assistência à saúde. O Rio é o estado com menores investimentos em atenção básica em saúde. A lei de responsabilidade sanitária é um dos pontos a ser resgatado no sentido de atribuir responsabilidades ao gestor em saúde, cuja redução acentuada é um dos problemas graves no atual sistema de saúde. Em relação aos conselhos, a não-realização da paridade prejudica a participação do servidor da área da saúde – uma importante instância de controle social.

Em relação às interpretações sobre o problema da pobreza, para Mauriel (2006), as transformações sociais no século XX atingiram as Ciências Sociais, caracterizando suas abordagens como uma tendência a desviar as causas estruturais para o domínio do indivíduo. Essa tendência tem em Amartya Sen um dos principais representantes, para quem a pobreza seria fruto das incapacidades do indivíduo, portanto, esse é responsável tanto por entrar, quanto por sair da mesma. Nesse sentido, a política social que deveria ser entendida como sistema de proteção social universal, passa a ganhar um caráter assistencialista, dirigido para o atendimento dos mais pobres. Para Amartya Sen, a redução da pobreza e da desigualdade estaria na redistribuição de capacidades e de renda. Nessa linha de argumentação, as políticas sociais tornam-se uma aliada ao mercado, seguindo a tendência hegemônica de combater a pobreza sem, contudo, alterar as estruturas da sociedade capitalista. O Estado passa a incentivar a filantropia na prestação de serviços de proteção. O novo significado das políticas sociais é o de instrumento para

reforçar esquemas mercadológicos, esvaziando o caráter político contido, objetivamente, na noção de pobreza desenvolvida até então pelas ciências sociais.

Fontes (2007) esclarece que o capitalismo é uma “relação de produção e reprodução da vida social baseada em classes sociais”, não se restringindo ao caráter jurídico do contrato de trabalho nem à progressiva acumulação de riquezas, tampouco ao domínio do mercado. O que o determina é a exploração histórica e peculiar da mais valia de trabalhadores formalmente livres por uma classe que domina os meios de produção. Com a expropriação das condições de auto-subsistência do trabalhador, converte-se a força de trabalho em mercadoria. O capitalismo “somente pode ser compreendido pelas relações sociais que engendra, reproduz e aprofunda”, como a ideia de uma “natureza humana de cunho mercantil”. Esclarece, ainda, que a necessidade de subsistência premente nunca fora correspondida por uma regulamentação dos contratos de trabalho. Contudo, essa retórica é necessária à forma social de expropriação ou de “libertação” impressa pelo capital, aí se consubstanciando uma fonte inesgotável de trabalho e a concorrência no mercado – cerne da dominação capitalista. Inesgotável para o Capital é não somente a força de trabalho, mas também as fontes naturais de riqueza. O processo de exploração requer, ainda, a subsistência do trabalhador sobre a terra onde produz, a fim de manter-se o monopólio livre da propriedade privada; liberdade fundamentalmente contraditória por ser conflituosa a lógica capitalista: permite uma conversão da disponibilidade livre para o capital e uma organização dos trabalhadores livres. Representa, desse modo, a possibilidade existente no capitalismo de superação da ordem dominante pela livre associação dos trabalhadores. Porém, os níveis de exploração atuais tornam vulneráveis as formas tradicionais de organização dos explorados. Efetivar o processo de expropriação é a tônica do momento, não limitando mais, portanto, a transformação da mão-de-obra em mercadoria. O destaque da autora é para a produção da expropriação, de modo constante, violento, permanente e em massa. Sendo a reestruturação produtiva explicada como forma de exploração de força-de-trabalho, as estratégias de controle e disciplina, de coerção e consenso, reportam, necessariamente, às dificuldades que essa lógica cria na organização dos trabalhadores.

Uma “socialização extensa e internacionalizada” foi produzida pelo processo de expropriações generalizadas, despertando para a “socialização da existência, da produção, da cultura, das formas de organizar as relações sociais”. Mas há que se socializar os meios de produção e reprodução da existência humana.

7. Considerações Finais:

Muitos caminhos podem ser perseguidos na direção do projeto neoliberal ou como resistência a este, perspectiva necessária, pois esse ideário tem colocado sérios limites econômicos à realização dos interesses sociais. Entre as justificativas econômicas dos contingenciamentos dos recursos, encontra-se o aumento da qualificação dos professores, aumentando os custos da folha de pagamento da União – o que significa o mesmo que não reconhecer os consequentes ganhos em qualidade no ensino público superior. A economia utiliza, desse modo, uma abordagem subjetiva, atribuindo aos indivíduos isolados a responsabilidade de sair de uma crise estabelecida estruturalmente. A Rede de Pesquisadores é uma manifestação das alternativas vislumbradas no aproveitamento das potencialidades de cada instituição, preservando a autonomia individual dos pesquisadores e incentivando pesquisas comprometidas com os interesses da população.

Os cursos de serviço social no setor público são atingidos de frente pela política econômica do governo. Através da extensão universitária seria possível discutir com os gestores universitários o problema, assim como divulgar o conhecimento crítico produzido pela Unidade de Ensino correspondente. Essa via não escapa do padrão de atendimento aos projetos universitários, contudo, a perspectiva da Rede é uma alternativa que se impõe em face da política econômica flexível do governo, ao procurar atender projetos que sejam coletivos em detrimento dos individuais. Ou seja, ao transpor a tradicional individualização das demandas por recursos, pode-se obter ganhos coletivos ao longo do processo. A consciência política deve nortear as pesquisas, tendo como condição de ampliação uma *práxis* consequente, que articule alternativas metodológicas sem mudar seus princípios fundamentais.

Essa conjuntura está presente noutras regiões, em virtude da globalização das estratégias de redução do Estado e do acirramento da competitividade internacional. Nesse sentido, o Laboratório de Serviço Social deve alimentar um debate sobre as questões que afetam diretamente a maioria da população brasileira, bem como relacionar criticamente suas similaridades e diferenças em relação às realidades do continente latino-americano. A ênfase sobre as políticas sociais e os movimentos sociais é dada à insuficiência dos estudos sobre as alternativas coletivas. Em síntese, diante de um contexto tão preciso de crescimento econômico desigual, os projetos em serviço social devem atentar para a organização e mobilização da classe trabalhadora, pensando a realidade a partir das condições objetivas. Consequentemente, esse processo deve contribuir para reciclar a formação e evitar que o isolamento das iniciativas contribuam para reproduzir políticas ineficazes em relação aos problemas sociais.

Referências Bibliográficas:

- BRAVO, Maria Inês et alii, "Gestão democrática em saúde e Serviço Social". XI Encontro Nacional de Pesquisa em Serviço Social, ABEPSS, Recife, dezembro de 2006.
- BEHRING, Elaine Rossetti, Ivanete boschetti. *Política Social. Fundamentos e História*. São Paulo, Cortez Editora, 2006.
- FONTES, Virgínia. Capitalismo, imperialismo, movimentos sociais e lutas de classes. Palestra digitada. Rio de Janeiro, 2007.
- GENTIL, Denise Lobato. "A falsa crise do sistema de seguridade social no Brasil: uma análise financeira do período 1990-2005". Congresso Trabalhista Brasileiro, Brasília, 2007.
- HARVEY, D. *Concepção Pós-moderna*. São Paulo, Edições Loyola, 1992.
- MAURIEL, Ana Paula Ornelas. Combate à pobreza e (des)proteção social: Dilemas teóricos das "novas" políticas sociais. In : *Revista Praia Vermelha. Estudos de Política e Teoria Social*. Rio de Janeiro, Programa de Pós-graduação em Serviço Social, UFRJ, n° 14&15, 2006.ão em Serviço Social, UFRJ, n° 14&15, 2006.
- COUTINHO, C. N. *A Democracia como Valor Universal*. São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas, 1980.
- MONTANO, Carlos. *Terceiro Setor*. São Paulo, Cortez Editora, 2002.
- NETTO, José Paulo. *Capitalismo Monopolista e Serviço Social*. São Paulo, Cortez, 1992.
- PINHEIRO, Lucí Faria. A esquerda e as políticas sociais emergenciais: Alternativas e Paradoxos. In: *Revista Praia*

Vermelha. Estudos e Teoria Política. UFRJ, N° 14&15, 2006, p. 104-127.

TAVARES, Laura Soares. "Ajuste neoliberal e Desajuste social na América Latina". Tese de doutoramento, Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1995.

Abstract

The purpose of this text is introduce some abstract reflection and an experience that have based the formation of a researcher net about "social politics, social movement and democracy in America Latina and Carib". The experience is developed through Laboratorio de Servicio Social, a design extension, trough scientific events, passing by graduate subject and over graduate. It is undertood that the criticism approach is about the reality from Brazil on american-latin continent, whose require a knowledge socialization about the social movement. The democracy is undestood as a process in crisis, and, so, it should become an objetc of concern of the social sciences.

Keywords : social movement, democracy, social politics, researcher net.